

CELESTINO BANGULA QUEMBA  
Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola

# CRIME CONTINUADO

## A PROBLEMÁTICA DOS CRIMES SEXUAIS



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Lisboa 2015

## PREFÁCIO

O Mestre Celestino Bangula Quemba pede-me para prefaciar o seu livro que tem por título *Crime Continuado: A Problemática dos Crimes Sexuais*. Faço-o com muito gosto e essencialmente por duas razões: porque se trata de um meu ex-aluno no Curso de Mestrado em Direito na Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, razão por si só suficiente e honrosa para um velho professor, mas também porque como orientador da dissertação de mestrado acompanhei de muito perto a gestação deste livro.

O livro ora publicado corresponde no essencial à dissertação de mestrado do Mestre Celestino Quemba. Trata de um tema muito difícil da dogmática penal, quer no que respeita ao conceito e requisitos do crime continuado quer e sobretudo por respeitar a bens jurídicos eminentemente pessoais. Uma e outra das questões são muito controvertidas na doutrina e porque também política e socialmente muito sensíveis têm originado, em tempos mais recentes, profundas alterações legislativas. O Autor enfrentou as dificuldades, ponderando os argumentos e apresentando a sua proposta de solução.

Era propósito do Autor, conforme ao seu projecto de dissertação, analisar com profundidade a jurisprudência angolana e compará-la com a portuguesa e as discussões doutrinárias e projectos de alteração legislativa então em curso em Portugal. Fui testemunha do seu esforço para levantar a jurisprudência dos tribunais de Angola sobre a matéria e das dificuldades que teve de vencer. O resultado dessa pesquisa ficou aquém do seu propósito, o que o angustiou, mas sei agora que essa dificuldade constituiu um incentivo para que continuasse atento à problemática subjacente; a publicação deste livro é disso prova.

Não compete ao prefaciador revelar o conteúdo do livro nem apreciar as conclusões; cumpre-me essencialmente dar testemunho da qualidade do Autor e do interesse da obra. Deixa-se naturalmente ao leitor o juízo final. No que me respeita, como orientador da dissertação do mestrado e membro do júri que, em provas públicas, discutiu a dissertação, aprovando-a com distinção, devo testemunhar que tive muita honra em ser orientador do agora Mestre Celestino Bangula Quemba pela sua dedicação ao trabalho, pela sua humildade intelectual e pelas suas qualidades humanas e também pela sua militância pelo Direito e pela Justiça em Angola, a sua Pátria. Espero que este livro seja apenas o começo e começa bem. Fico à espera do que se lhe seguirá.

Lisboa, 20 de Junho de 2014

*Germano Marques da Silva*  
Professor Catedrático da Faculdade de Direito da  
Universidade Católica Portuguesa

## NOTA PRÉVIA

A presente publicação corresponde, com algumas alterações, à Dissertação de Mestrado em Direito Penal, defendida em provas públicas na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa, em Fevereiro de 2009, sob orientação do Senhor Professor Doutor Germano Marques da Silva.

As provas públicas foram prestadas perante um júri constituído pelo Senhor Professor Doutor Paulo Pinto de Albuquerque (presidente do júri e arguente), pela Senhora Professora Doutora Maria da Graça Trigo (arguente) e pelo Senhor Professor Doutor Germano Marques da Silva (orientador).

Agradeço a Deus pela vida, pelos estudos e por todos os benefícios espirituais e temporais que me tem concedido.

Ao Senhor Professor Doutor Germano Marques da Silva, meu Mestre e orientador, o meu agradecimento pelos conselhos e sugestões que tornaram possível a concretização desta Dissertação.

À Reitoria da UCAN, de um modo particular, ao Dom Damião Franklim (†), de feliz memória, e à Direcção da Faculdade de Direito, o meu muito obrigado.

À Senhora Professora Maria Helena Miguel, Vice – Reitora para Área Académica da UCAN, o meu profundo agradecimento pela revisão ortográfica e gramatical da Dissertação e por me ensinar todos os dias a falar e a escrever correctamente o português.

Aos meus Professores da UCAN, com particular destaque à Mestre Luzia Sebastião, à Senhora Professora Doutora Elisa Rangel, ao Senhor Professor Doutor França Van-Dúnem, ao Dr. Adérito Correia, ao Dr. Sérgio

Raimundo, à Dr.<sup>a</sup> Alexandra Martins, o meu respeito, admiração e por terem deixado marcas no meu percurso académico.

Aos meus colegas de licenciatura “3.<sup>a</sup> geração de licenciados” em Direito pela Faculdade de Direito da UCAN, agradeço por me terem ajudado a ser o que sou.

Aos “patrícios” do Colégio Pio XII, em Lisboa, e aos meus irmãos da Sociedade de Advogados *Legis Veritas* (Miguel Manuel, Milton Reis, José Luís, Márcia Nigiolela, Isabel Celeste, Isabel Café, Isabel Espírito Santo, Ana Café, Emílio Londa, Lucas Janota, Benja Satula, Ildefonso Manico, Edgar Quessongo, Tomás Gabriel, Hernani Cambinda, Osvaldo Santos, Teófilo Cauxeiro e António Veiga), obrigado por me ajudarem a escalar a montanha.

Aos Srs. Luís Tavares, Adriano dos Santos Júnior, António Manuel dos Santos e Domingos João Simão, obrigado pela vossa amizade sempre presente.

À minha família e irmãos (Nania, Tito, Manuel, Romão, Francisco) e a todos aqueles que directa ou indirectamente apoiaram a minha formação, o meu reconhecimento e muito obrigado.

# ÍNDICE

PREFÁCIO	7
NOTA PRÉVIA	9
ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13

## **CAPÍTULO I** **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRIME CONTINUADO** 15

1. Direito Romano	15
2. Direito Germânico	17
3. Direito Canônico	17
4. Glosa	17
5. Os Práticos Italianos	18

## **CAPÍTULO II** **NOÇÃO LEGAL, FUNDAMENTO, ELEMENTOS** **E NATUREZA JURÍDICA DO CRIME CONTINUADO** 21

1. Noção Legal de Crime Continuado	21
2. Fundamento do Crime Continuado	24
3. Elementos Constitutivos do Crime Continuado	27
3.1. Teorias sobre o Elemento Subjectivo do Crime Continuado	28
3.2. Elementos (Pressupostos) do Crime Continuado	30
3.3. Conexão Temporal e Espacial como Elementos não Consagrados na Lei	42
4. Natureza Jurídica do Crime Continuado	46
4.1. Teoria da Unidade Natural ou Real	46
4.2. Teoria da Ficção Jurídica	47
4.3. Teoria da Realidade Jurídica ou Mista	49

<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>CRIME CONTINUADO E FIGURAS AFINS</b>	
	53
1. Crime Continuado e Crime Permanente	53
2. Crime Continuado e Tendência Criminosa	54
3. Crime Continuado e Crime Habitual	54
4. Crime Continuado e Crime Complexo	55
5. Crime Continuado e Concurso Real de Infracções	56
6. Crime Continuado e Reincidência	56
7. Crime Continuado e Crime de Execução Sucessiva	57
8. Crime Continuado e Crime de Execução Reiterada	57
9. Crime Continuado e Sucessão de Crimes	58
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>PUNIÇÃO DO CRIME CONTINUADO</b>	
	59
1. Artigo 79.º do Código Penal	59
2. Condutas Supervenientes da Continuação Criminosa	63
3. Questões de Natureza Processual e Substantiva Relativas ao Crime Continuado: O Caso Julgado, Aplicação da Lei no Tempo, Lugar da Prática do Crime, Início do Prazo de Prescrição e Prazo de Extinção do Direito de Queixa	64
3.1. Crime Continuado e Caso Julgado	64
3.2. Crime Continuado e Aplicação da Lei no Tempo	69
3.3. Crime Continuado e Lugar da Prática do Facto	70
3.4. Crime Continuado e Início do Prazo de Prescrição	70
3.5. Crime Continuado e Prazo de Extinção do Direito de Queixa	71
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>O CRIME CONTINUADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO</b>	
	73
1. O Crime Continuado no Código Penal de 1886	73
2. O Crime Continuado no Anteprojecto de Código Penal Angolano	77
3. Aplicação Prática do Instituto do Crime Continuado pelos Tribunais Angolanos	79

**CAPÍTULO VI**  
**CRIME CONTINUADO NO DIREITO COMPARADO** 91

- |            |  |     |
|------------|--|-----|
| 1. Brasil  |  | 91  |
| 2. Espanha |  | 98  |
| 3. Itália  |  | 100 |

**CAPÍTULO VII**  
**CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL**  
**NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS** 103

- |   |  |     |
|---|--|-----|
| 1. Artigo 171. <sup>o</sup> – Abuso Sexual de Crianças            |  | 103 |
| 1.1. Enquadramento Histórico do Artigo 171. <sup>o</sup>          |  | 104 |
| 1.2. Conceito de Abuso Sexual                                     |  | 105 |
| 1.3. Noção de Acto Sexual de Relevó                               |  | 107 |
| 1.4. Bem Jurídico Protegido                                       |  | 110 |
| 1.5. O Tipo Objectivo   |  | 111 |
| 1.6. O Tipo Subjectivo  |  | 114 |
| 1.7. Sujeitos do Crime  |  | 115 |
| 1.8. Tentativa  |  | 115 |
| 1.9. Comparticipação  |  | 115 |
| 1.10. Continuação Criminosa                                       |  | 116 |
| 2. Artigo 172. <sup>o</sup> – Abuso Sexual de Menores Dependentes |  | 116 |
| 2.1. Enquadramento Histórico do Artigo 172. <sup>o</sup>          |  | 116 |
| 2.2. O Bem Jurídico Protegido                                     |  | 117 |
| 2.3. O Tipo Objectivo   |  | 117 |
| 2.4. O Tipo Subjectivo  |  | 119 |
| 2.5. Sujeitos do Crime  |  | 120 |
| 2.6. A Comparticipação  |  | 120 |
| 2.7. A Continuação Criminosa                                      |  | 120 |
| 3. Artigo 173. <sup>o</sup> – Actos Sexuais com Adolescentes      |  | 121 |
| 3.1. Evolução Histórica do Artigo 173. <sup>o</sup>               |  | 121 |
| 3.2. O Bem Jurídico   |  | 122 |
| 3.3. O Tipo Objectivo   |  | 122 |
| 3.4. O Tipo Subjectivo  |  | 123 |
| 3.5. Sujeitos do Crime  |  | 123 |



3.6. A Comparticipação	124
3.7. A Continuação Criminosa	125
4. Artigo 174.º – Recurso à Prostituição de Menores	125
4.1. Enquadramento Histórico do Artigo 174.º	125
4.2. O Bem Jurídico	126
4.3. O Tipo Objectivo	126
4.4. Tipo Subjectivo	127
4.5. Sujeitos do Crime	127
4.6. A Comparticipação	128
4.7. A Continuação Criminosa	128
5. Artigo 176.º – Pornografia de Menores	128
5.1. Enquadramento Histórico do Artigo 176.º	129
5.2. O Bem Jurídico	129
5.3. O Tipo Objectivo	130
5.4. O Tipo Subjectivo	132
5.5. Sujeitos do Crime	132
5.6. A Comparticipação Criminosa	133
5.7. A Continuação Criminosa	133

**CAPÍTULO VIII**  
**OS CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL**  
**NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO.**  
**ANÁLISE CRÍTICA**

	135
1. Código Penal de 1886	135
1.1. Artigo 390.º – Ultraje ao Pudor Público	136
1.2. Artigo 391.º – Atentado ao Pudor	139
1.3. Artigo 392.º – Estupro	142
1.4. Artigo 393.º – Violação	146
1.5. Artigo 394.º – Violação de Menor de 12 Anos	152
1.6. Artigo 395.º – Rapto Violento ou Fraudulento	153
1.7. Artigo 405.º – Lenocínio	156
1.8. Artigo 406.º – Corrupção de menores	158
2. Anteprojecto de Código Penal. Análise Crítica	160
2.1. Acto Sexual	161
2.2. Penetração Sexual	163

2.3. Artigo 179.º – Abuso Sexual de Menor de 14 Anos	164
2.4. Artigo 180.º – Abuso Sexual de Menor de 16 Anos	167
2.5. Artigo 181.º – Abuso Sexual de Menor Dependente	168
2.6. Artigo 184.º – Pornografia Infantil	169
2.7. Artigo 186.º – Queixa	172
2.8. Artigo 187 – Inibição da Autoridade Paternal	173

**CAPÍTULO IX**

<b>CRIME CONTINUADO E CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL. ANÁLISE CRÍTICA</b>	175
--	-----

CONCLUSÕES	183
------------	-----

BIBLIOGRAFIA	187
--------------	-----